

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 408 - Brasília, sexta-feira, 21 de fevereiro de 1997



## CPI quer banco sob investigação

A CPI dos Títulos Públicos aprovou ontem pedido para que o Banco Central, com o apoio da Polícia Federal, realize fiscalização sobre o Banco Votorantim. A decisão foi tomada por volta de 21h, depois do depoimento do coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo. Página 3

## Comissões elegem seus presidentes na terça-feira

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comunicou durante a sessão de ontem que serão realizadas eleições, na próxima terça-feira (dia 25), para os cargos de presidente e vice das sete comissões permanentes da Casa. Ele pediu aos líderes de partidos que apresentem suas listas de candidatos.

# Proibidas imagens de vítimas de crimes sexuais

*Projeto aprovado pelo plenário volta à Câmara. Veículos de comunicação podem receber multas de R\$ 1 mil a R\$ 10 mil*

Na primeira sessão deliberativa sob a presidência de Antonio Carlos Magalhães, o Senado decidiu ontem que os meios de comunicação não poderão divulgar nomes, fotos ou imagens de vítimas de crimes contra os costumes, entre eles o de atentado sexual. O jornal, revista, rádio ou televisão que desrespeitar essa norma poderá receber multa de R\$ 1 mil a R\$ 10 mil. Se houver reincidência, a multa será triplicada.

Para entrar em vigor, o projeto ainda será votado pelos deputados federais. Eles já deram voto favorável à proibição, mas a proposta original foi alterada pelos senadores e, por isso, terá de ser submetida a nova votação na Câmara. A proposta estabelece que poderá ser processada a autoridade que quebrar o sigilo do inquérito ou da ação, fornecendo nomes ou facilitando a tomada de fotografia ou a filmagem.

O relator do projeto no Senado, José Fogaça (PMDB-

RS), recomendou a aprovação do projeto baseado em parecer do professor de Direito Penal do Rio Grande do Sul Júlio Marino de Carvalho. Conforme o professor, a exposição de uma vítima de tais crimes afeta o direito à privacidade, lembrando que a Constituição considera "invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas".

O professor afirma que as vítimas de crimes contra os costumes sofrem constrangimentos pela divulgação de

nome, fotos ou imagens.

Os senadores decidiram adiar a votação, a pedido de José Eduardo Dutra (PT-SE), de dois projetos que concedem anistia a sindicatos e a sindicalistas punidos pela Justiça trabalhista. Também foi adiada a votação do projeto de Lauro Campos (PT-DF) que cria uma área de livre comércio em Brasília. Ficou para ser votada no dia 2 de abril a proposta que cria o adicional de periculosidade para os carteiros.

## NESTA EDIÇÃO

### Valadares propõe revisão integral do Projeto Sivam

Página 6

### Produtor sofre com política agrícola, adverte Suassuna

Juros altos, tarifas irracionais, importações subsidiadas e defasagem cambial alimentam a crise no campo, alerta o senador Ney Suassuna.

Página 8

## ACM avisa que seguirá Regimento

Pouco antes de iniciar as votações de ontem, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que cumprirá à risca o Regimento Interno da Casa durante as sessões de plenário, evitando que haja atrasos por causa de pedidos de senadores para comunicações inadiáveis, manifestações de pesar, comemora-

ções ou explicações pessoais.

O presidente lembrou que as votações devem começar uma hora depois de abertas as sessões, podendo haver apenas uma prorrogação de 15 minutos para que o orador termine sua exposição. Nessa prorrogação, será dada a palavra no máximo a três senadores.

## Tocantins busca financiamentos no exterior

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) anunciou ontem que o governador do Tocantins, Siqueira Campos, assinará



Quintanilha

em março, na Espanha, contrato de financiamento externo para a pavimentação de rodovias do estado. Também participará da 12ª Reunião Anual da Associação de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Segundo Quintanilha, o esforço realizado pelo governo do Tocantins na captação de recursos de financiamento para obras de infra-estrutura e investimentos industriais tem o objetivo de tornar o estado "um celeiro de grãos".

Por essa razão, o senador disse que Siqueira Campos prevê, ainda, uma viagem à Itália, onde, a convite da embaixada daquele país no Brasil, participará de encontro de negócios com empresários de indústrias de tratores e de produtos lácteos.

## Waldeck reivindica maior apoio da União para o Nordeste

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) afirmou ontem que, lamentavelmente, é preciso reconhecer que os organismos multilaterais de financiamento dão apoio maior e mais significativo ao Nordeste do que os organismos nacionais, "omissos e insensíveis à busca de um desenvolvimento mais equilibrado para o país".

Apesar de os estados nordestinos terem feito suas respectivas reformas, o esforço tem-se revelado insuficiente, devido à sua pequena capacidade econômica e financeira, disse. A seu ver, há um amplo espaço que somente a União pode suprir. Ele disse que, enquanto há recursos para investimentos federais na construção da ponte rododiferroviária sobre o rio Paraná e na duplicação do trecho SP-RS da BR-101, "não há uma única grande obra de infra-estrutura no Nordeste" sob responsabilidade do governo.



Waldeck

Waldeck Ornelas informou que o BID promoverá, em parceria com o governo do estado da Bahia, Conferência Internacional sobre Infra-Estrutura no Nordeste. A conferência abordará o tema das concessões de exploração de serviços públicos. Waldeck considerou que os investimentos desse setor não vão espontaneamente para as regiões periféricas como o Nordeste, Norte e Centro-Oeste, "tanto que não há uma única rodovia nordestina privatizada".

Os senadores Beni Veras (PSDB-CE) e Waldeck Ornelas, presidente e relator da comissão especial do Senado que estuda propostas de políticas de desenvolvimento para o Nordeste, participarão da conferência. Os dois senadores estiveram presentes no encontro promovido pelo Banco Mundial, em novembro passado, sobre reforma do Estado numa economia globalizada.

## Marina denuncia violência contra índios no Ceará

A senadora Marina Silva (PT-AC) pediu ontem ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, para apurar a situação de violência por que passam os índios tapebas, do município de Caucaia (CE). A senadora leu uma carta da Associação da Comunidade dos Índios Tapebas, na qual 15 líderes indígenas relatam crimes bárbaros de que foi vítima aquela comunidade, além de ameaças de que, se houvesse denúncias, aconteceriam mais crimes.



Marina

Segundo os tapebas, três índios da tribo foram assassinados sem motivo no final do ano passado. Além disso, uma líder da comunidade foi agredida a socos e dois jovens foram algemados e ameaçados de prisão só porque, conforme os índios, estavam olhando as vitrines de uma loja em Caucaia. Os tapebas afirmam que a justiça local não está se empenhando para esclarecer os crimes.

Segundo os tapebas, três índios da tribo foram assassinados sem motivo no final do ano passado. Além disso, uma líder da comunidade foi agredida a socos e dois jovens foram algemados e ameaçados de prisão só porque, conforme os índios, estavam olhando as vitrines de uma loja em Caucaia. Os tapebas afirmam que a justiça local não está se empenhando para esclarecer os crimes.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

9h - Preside sessão não deliberativa do Senado

9h30 - Visita a Biblioteca do Senado

### PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

### PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

Terça-feira (25.02.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLC nº 93/95, que altera a Lei nº 8.432/92, para redefinir as jurisdições das Juntas de Conciliação e Julgamento nas Regiões da Justiça do Trabalho; \*PLC nº 102/95, que institui a Residência Odontológica, cria a Comissão Nacional de Residência Odontológica; e \*PLS nº 319/95, que cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Quarta-feira (26.02.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*4 PDLs renovando concessão de rádios em Salvador, Porto Alegre, Indaiatuba e Ourinhos, no estado de São Paulo; \*Substitutivo ao PLS nº 79/95, que dispõe sobre a distribuição dos recursos do salário-educação; e \*Mensagens nºs 244, 249/96 e 47 e 51/97, submetendo à apreciação do Senado os nomes dos diplomatas Arnaldo Carrilho para, cumulativamente com a

função de embaixador do Brasil na Tailândia, exercer a de embaixador do Brasil junto ao Laos; João Carlos de Souza-Gomes, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Costa Rica; Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Brasil, para exercer, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à República Italiana, a de embaixador do Brasil junto à Albânia; e Edgard Telles Ribeiro para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia.

Quinta-feira (27.02.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Substitutivo do Senado ao PLC nº 102/92, que amplia, para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional, o prazo para requerer registro provisório; \*PLC nº 104/95, que determina que as câmaras municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios; \*PLC nº 44/96, que dispõe sobre a veiculação de mensagem voltada à educação para o trânsito; \*PLS nº 73/96, que institui o Serviço Comunitário de Telecomunicações; e \*PLS nº 142/96, que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural.

### COMISSÕES

Quarta-feira (26.02.97)

17h - CPI dos Títulos Públicos

**Pauta:** Depoimentos do secretário de Economia e Planejamento da prefeitura de Guarulhos, Jairo Cândido; do secretário de Negócios da Fazenda da prefeitura de Osasco, Roberto Sanchez; do secretário da Fazenda de Pernambuco, Eduardo Campos; e do ex-secretário municipal de Finanças da prefeitura de Campinas, Geraldo Biasoto Junior. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

# CPI requer fiscalização sobre banco

*Ao acionar Banco Central e Polícia Federal, Comissão Parlamentar de Inquérito deseja saber se instituição financeira participou de irregularidades praticadas com títulos públicos*

A requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR), a CPI dos Títulos Públicos aprovou ontem pedido para que o Banco Central, com o apoio da Polícia Federal, realize fiscalização sobre o Banco Votorantim. O objetivo da fiscalização, aprovada por volta das 21h, é averiguar se a instituição tem alguma participação nas irregularidades praticadas com títulos públicos.

A CPI iniciou às 17h de ontem o interrogatório do coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo, Wagner Batista Ramos. Uma das primeiras afirmações sustentadas pelo depoente foi a de que jamais foi procurado por prefeitos ou governadores, e jamais recebeu honorários para prestar assessoria na emissão de letras financeiras para o pagamento de precatórios judiciais. Ele disse também que não tinha nenhuma relação com as



CPI ouve coordenador da Dívida Pública de São Paulo

empresas Votorantim e Divisa, que teriam negociado esses títulos.

Mal o interrogado fez essa declaração, Requião começou a ler contrato de prestação de serviços feito entre Wagner Batista Ramos e a empresa Perfil, que por sua vez tem um contrato com a empresa Votorantim.

O senador José Serra (PSDB-SP) sustentou que Wagner Batista Ramos estava prestando um falso testemunho, desrespeitando a CPI e situando-se no mesmo caso do dono da empresa IBF Facto-

ring, cuja prisão chegou a ser aventada pela comissão. O depoente pôs então à disposição dos senadores seu sigilo bancário, telefônico e fiscal, idéia que foi prontamente aceita pelo presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) considerou tão graves os indícios de crime econômico suscitados pelos depoimentos colhidos até agora que sugeriu a formação de uma CPI do Sistema Financeiro

para apurar a evasão fiscal resultante dessas irregularidades.

À noite, a CPI ainda ouviu José Antonio de Freitas, secretário de Finanças da prefeitura de São Paulo.

## TRANSAÇÕES

Na quarta-feira à noite, a CPI dos Títulos Públicos decidiu acionar o Banco Central para que impeça empresas suspeitas de transacionarem irregularmente com títulos públicos e de realizarem novas negociações no mercado. Depois de pedir ao Banco Central e à Polícia Federal que investiguem as empresas que, conforme o relato de Ibrahim Borges Filho, dono da IBF Factoring, negociam irregularmente essas letras, a CPI ouviu ao longo da noite de quarta-feira mais dois depoentes - o secretário da Fazenda de São Paulo, Yoshiaki Nakano, e o diretor do Banespa Ariovaldo D'Ángelo.

## Lauro Campos acusa governo de praticar "economicídio"

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou a recente viagem do presidente Fernando Henrique Cardoso à Europa e lamentou que o reconhecimento que ele fez em entrevista à imprensa, durante a viagem, de que "houve precipitação" na abertura da economia brasileira, "não trará de volta as dezenas de milhares de empresas falidas" no país.



Lauro Campos

- Agora ele pede desculpas, como que mandando flores às viúvas, aos filhos, aos pais que sobreviveram à "precipitação", suave e indulgente palavra que o presidente usa para qualificar o hediondo economicídio - disse.

Lauro Campos lembrou que

"um leal amigo" do presidente da República, o intelectual Arthur Giannotti, manifestou em entrevista ao *Jornal do Brasil* "seus receios de que o país poderá estar trilhando o caminho do despotismo esclarecido".

O senador ironizou o encontro de Fernando Henrique Cardoso com o Papa, durante a viagem à Itália, lembrando que o presidente se declarou ateu durante a campanha pela prefeitura de São Paulo, na década de 80. Para ele, o presidente "deveria distribuir uma cartilha" para "esclarecer o seu povo confuso em quais as verdades poderia continuar acreditando".

Presidente se declarou ateu durante a campanha pela prefeitura de São Paulo, na década de 80. Para ele, o presidente "deveria distribuir uma cartilha" para "esclarecer o seu povo confuso em quais as verdades poderia continuar acreditando".

## Joel de Hollanda apóia o efeito vinculante para desobstruir Justiça

"Há um excesso de questões judiciais a serem decididas, muitas delas peças padronizadas, desnecessárias e repetitivas, que atravancam a máquina judiciária, aumentam custos de manutenção e impedem o tratamento adequado e criativo de questões mais importantes", afirmou

o senador Joel de Hollanda (PFL-PE).

Para ele, portanto, é pertinente a proposta que pretende fazer com que as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) passem a ser obedecidas compulsoriamente pelos demais órgãos judiciais e pelos aplicadores da lei no Poder Executivo (o chamado efeito vinculante). A seu ver, a medida evitará a multiplicação de demandas e decisões idênticas.

Segundo Joel de Hollanda, a corte suprema dos Estados Unidos julga no máximo 500 processos anualmente, enquanto o STF, já no início de 1997, registra 35 mil processos a serem examinados, número a ser também enfrentado pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ).



Joel de Hollanda

Segundo Joel de Hollanda, a corte suprema dos Estados Unidos julga no máximo 500 processos anualmente, enquanto o STF, já no início de 1997, registra 35 mil processos a serem examinados, número a ser também enfrentado pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ).

Segundo Joel de Hollanda, a corte suprema dos Estados Unidos julga no máximo 500 processos anualmente, enquanto o STF, já no início de 1997, registra 35 mil processos a serem examinados, número a ser também enfrentado pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ).

Segundo Joel de Hollanda, a corte suprema dos Estados Unidos julga no máximo 500 processos anualmente, enquanto o STF, já no início de 1997, registra 35 mil processos a serem examinados, número a ser também enfrentado pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ).

# Francelino: Solução para MPs pode ser votada logo no Senado

*Senador afirma que "um longo caminho já foi percorrido" e que basta segui-lo para regulamentar o uso do mecanismo*

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) fez ontem um detalhado histórico sobre a tramitação das propostas de regulamentação do uso de medidas provisórias, destacando que "um longo caminho já foi percorrido" e que basta segui-lo para chegar à solução imediata do problema.

Ele disse que nas modernas democracias o Executivo precisa contar com instrumento jurídico ágil para responder às situações de urgência, mas, ressaltou, a utilização dessa faculdade legislativa exige critério e parcimônia, para resguardar a atividade própria do Parlamento e a convivência harmônica entre os Poderes da República. Lembrou que entre 1988 e 1996 foram editadas ou



Francelino Pereira

reeditadas 1.807 MPs, sendo que apenas 297 delas foram transformadas em lei.

Francelino observou que, atualmente, tramitam 60 MPs no Congresso, o que significa que os 81 senadores distribuem-se entre igual número de comissões mistas, compostas por 14 titulares e 14 suplentes. "Não fica difícil concluir pela inviabilidade de tal esquema

de trabalho", acrescentou.

Para o senador, a responsabilidade por esse caos deve ser assumida e compartilhada pelo Executivo e pelo Legislativo. Foi o que fez o Senado, na sua opinião. Com cinco propostas de emenda constitucional em tramitação sobre as MPs, foi constituída comissão especial presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), cujo relator, senador Josaphat Marinho (PFL-BA), elaborou proposta aprovada por unanimidade. Remetida à CCJ, o senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentou parecer com substitutivo, também aprovado por unanimidade de naquela comissão, de modo que a matéria está pronta para ser submetida à apreciação do plenário, concluiu.



Francisco Escórcio

## Escórcio debate novo estado com prefeitos

O senador Francisco Escórcio (PFL-MA) anunciou ontem que reunirá no Senado os prefeitos da região geoeconômica de Brasília para discutir projeto de sua autoria que cria o estado do Planalto Central. Segundo o senador, a providência atende a solicitação feita por uma comissão de prefeitos do entorno, liderada por Valcenor Braz, prefeito de Luziânia (GO). O encontro será na próxima quarta-feira (dia 26), às 10h, na sala 06 da Ala Senador Alexandre Costa.

Escórcio disse que a idéia de criar o estado do Planalto Central vem recebendo apoio de todos os segmentos sociais de Brasília, bem como dos estados de Goiás e Minas Gerais. "Esse projeto já não é meu", afirmou o senador, ao garantir que os vereadores dos municípios do entorno do DF estão formando associações "para, de forma organizada, defender também a criação do novo estado".

## Mauro Miranda sugere a FHC que fixe data de votação das reformas

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) sugeriu ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso fixe "uma data fatal" para a votação das propostas de reformas administrativa, tributária e previdenciária. O cumprimento de um calendário para essas reformas, no entender de Mauro Miranda, "será fundamental para as pretensões de Fernando Henrique de ganhar mais quatro anos de mandato".

Um país com tantos problemas, com fantásticas despesas de sua estrutura burocrática, e com arrecadação insuficiente para resolver as mazelas sociais e promover o desenvolvimento econômico, não pode dar-se ao luxo de esperar indefinidamente as reformas - disse ele, acrescentando que "não há nada que justifique



Mauro Miranda

tanta demora".

- Daqui a dois meses, a emenda da Previdência estará completando dois anos no Legislativo. Há um ano e meio, a reforma administrativa vem patinando na comissão especial da Câmara dos Deputados. Das três propostas, a mais antiga é a reforma tributária, que completa dois anos em março - acentuou.

Na opinião do senador, Fernando Henrique Cardoso possui

atualmente um "prestígio jamais desfrutado" por qualquer outro presidente da história do país e "conta ainda com a boa vontade dos presidentes da Câmara e do Senado, que já se manifestaram publicamente pela agilização das reformas".

Mauro Miranda salientou que os interesses do país são maiores que as "querelas" do dogmatismo político e disse que se nega a aceitar que alguns companheiros de partido "continuem persistindo em princípios ultrapassados e mantenham-se iludidos com a aprovação pública de suas posturas isoladas".

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) salientou que todos deveriam estar preocupados com o calendário das reformas e cabe ao Poder Legislativo dotar o Brasil de leis mais modernas.

# Júnia pede apoio ao "Projeto Caboclo"

*Proposta de Darcy Ribeiro, com o objetivo de integrar índios e caboclos ao processo de desenvolvimento da Amazônia, precisa ter continuidade, na opinião da senadora*



Benedita da Silva

## Lembrança de Darcy emociona Benedita da Silva

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse ontem "que a luta de Darcy Ribeiro contra o câncer, durante os últimos 20 anos, envergonha os que se abatem em razão de um pequeno problema". Emocionada, a senadora lembrou os projetos e ideais do senador recentemente falecido, seu amor à vida e sua preocupação com o futuro do país.

Segundo Benedita da Silva, Darcy Ribeiro defendia um projeto próprio para o Brasil, na convicção de que o país se realizaria como uma nova e grande civilização. "O amor que ele tinha pelo Brasil talvez fosse maior do que a própria extensão do país", disse a senadora, destacando a ênfase que o senador dava à educação.

Nesse aspecto, ela recordou os esforços de Darcy Ribeiro para a criação da Universidade de Brasília e dos Cieps, além da Universidade Estadual do Norte Fluminense. "O seu ideário educacional teve muitos fôlegos", afirmou a senadora, assinalando que Darcy também foi defensor da causa da raça negra no país. Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) associou-se às homenagens prestadas por Benedita da Silva.

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) pediu ontem apoio do Congresso, do governo federal e de toda a sociedade para o "Projeto Caboclo", que o senador Darcy Ribeiro elaborou com o objetivo de integrar índios e caboclos da Amazônia no processo de desenvolvimento, preservando o ecossistema da região. "É preciso que seus ideais e sonhos possam se concretizar", afirmou.

A senadora lembrou que a proposta de Darcy Ribeiro, falecido dia 17, recebeu o apoio declarado do presidente do Congresso, senador Antonio



Júnia Marise

Carlos Magalhães, e precisa ter continuidade. Segundo Júnia Marise, as propostas de Darcy sempre foram projetos ligados à estrutura social do

país e com o objetivo de resgatar problemas da população.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) sugeriu que a proposta de Darcy Ribeiro de fazer "assentamentos extrativistas" seja apresentada ao ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, como uma alternativa para o processo de reforma agrária. Por sua vez, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse que Darcy "foi uma luz que se apagou, deixando um testemunho de bravura, de inteligência e enfrentamento dos problemas mais difíceis da nação".

## "A estrela não se apagou", diz Rocha

"A estrela de Darcy Ribeiro não se apagou. Sua magnitude, seu esplendor, seu brilho majestoso continuarão a iluminar a humanidade, agora como parte da constelação divina", disse ontem o senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

Segundo o senador, a batalha que Darcy Ribeiro travou contra o câncer certamente será reconhecida como uma luta em defesa da vida, da sua própria e da vida de milhões de brasileiros "condenados a desaparecer precocemente em função da ausência de políticas oficiais voltadas para o combate da miséria e da fome".

Sebastião Rocha destacou o "Projeto Caboclo", apresentado por Darcy para uma ocupação alternativa da região amazônica. Segundo



Sebastião Rocha

afirmou, especialistas no assunto apóiam a proposição que tem o objetivo de instalar, experimentalmente, 10 ou 12 comunidades de índios e caboclos, com 50 famílias cada uma, em áreas de, no mínimo, 5 mil hectares.

- A imagem de Darcy nos últimos 15 dias da sua vida foi a da destreza intelectual, da agilidade mental e do movimento cultural - afirmou Sebastião Rocha, lembrando as visitas que fez ao senador no hospital.

## Sessão especial celebra os cem anos da ABL

O Senado realizará sessão especial no dia 15 de abril, às 11h, para comemorar os 100 anos de fundação da Academia Brasileira de Letras. O comunicado foi feito ao plenário pelo presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães.

A ABL foi criada em 15 de dezembro de 1896, por iniciativa do seu primeiro presidente, o escritor Machado de Assis. O requerimento de homenagem foi apresentado pelos senadores Joel de Hollanda (PFL-PE), Artur da Távola (PSDB-RJ), Bernardo Cabral (PFL-AM), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Emília Fernandes (PTB-RS), Josaphat Marinho (PFL-BA) e Esperidião Amin (PPB-SC).

# Valadares quer revisão do Projeto Sivam

*O contrato assinado pelo governo brasileiro e os termos do financiamento são profundamente prejudiciais ao interesse público e ao erário, alerta o senador*

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu ontem a revisão integral de todas as condições contratuais referentes à compra de equipamentos para o Projeto Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia).

Ele referiu-se à auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União, que verificou a introdução de alterações de vulto nas quantidades e nos preços de diversos equipamentos. Tais modificações evidenciam, em seu entender, a inconsistência da proposta e do contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e a firma norte-americana Raytheon, e levantam fundadas suspeitas sobre sua conformidade aos interesses nacionais.

Valadares encaminhou à Mesa requerimento pedindo ao Tribunal de Contas da União mais informações sobre o relatório, que, segundo o senador, considerou "regulares os procedimentos adota-



Antonio Carlos Valadares

dos pelo Ministério da Aeronáutica, objetivando à seleção e contratação da firma fornecedora de equipamentos para o Projeto Sivam", apesar das alterações dos preços.

Na sua opinião, a Casa deve tomar conhecimento do aumento exorbitante dos preços dos equipamentos do Projeto Sivam, constatado pela auditoria do TCU, antes que os contratos de financiamento Sivam/Raytheon sejam assinados, como se pretende, no

próximo dia 7 de março.

Conforme o relatório do TCU, o número de radares do projeto foi reduzido à metade, mas seu preço foi aumentado em 50%. O mesmo aconteceu com o preço das centrais de comutação. O número de estações meteorológicas foi mantido, mas seu preço, no contrato, foi aumentado cinco vezes em relação ao valor originalmente indicado e o preço da estação central foi elevado em mais de 100%, assim como o preço do sistema gerenciador da rede foi aumentado em mais de vinte vezes.

Por outro lado, lembrou o senador que o valor do financiamento aprovado pelo Senado Federal foi de 1 bilhão, 395 milhões de dólares. Mas, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, que analisou a

proposta da Raytheon, o contrato atingirá, ao final de sua execução (dentro de 18 anos), 2 bilhões, 805 milhões de dólares.

Na opinião de Antonio Carlos Valadares, o contrato assinado pelo governo brasileiro e os termos do financiamento são profundamente prejudiciais ao interesse público e ao erário. Além disso, observou, o controle do TCU não se deve restringir somente aos aspectos de legalidade formal do documento, mas deve, também, abranger a avaliação da economicidade dos atos administrativos. Diante de evidências tão gritantes, ressaltou o senador que o tribunal deve atuar preventivamente, para impedir a materialização de dano iminente ao patrimônio público.

*O número de radares foi reduzido à metade, mas seu preço aumentou em 50%, conforme o TCU*

## Suplicy: Nomeação de diplomata para a FAO deve ser apreciada pelo Senado

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem ao presidente da República que encaminhe ao Senado mensagem submetendo à aprovação prévia da Casa o nome do diplomata Júlio Cesar Gomes dos Santos para o cargo de representante permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Júlio Cesar foi nomeado por decreto presidencial no último dia 7.

Na opinião de Suplicy, não há amparo legal para que seja prescindida a referida

aprovação pelo Senado. Ele apresentou parecer da advocacia da Casa, concluindo que essa nomeação fere o inciso IV do artigo 52 da Constituição. O dispositivo constitucional estabelece que é de competência privativa do Senado aprovar, previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que daria o devido encaminhamento, à Presidência da República, das ponderações de Eduardo Suplicy.



Eduardo Suplicy

## Amazonino faz visita a Antonio Carlos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem, em audiência no seu gabinete, o governador do Amazonas, Amazonino Mendes. Foi uma visita de cortesia, durante a qual o governador aproveitou para conversar sobre a tramitação de matérias de interesse de seu estado.



Romeu Tuma

## Romeu Tuma elogia campanha da CNBB em 97

O tema da campanha deste ano da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), intitulado *A fraternidade e os encarcerados - Cristo liberta de todas as prisões*, foi elogiado ontem pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). Ele disse ser preciso que os parlamentares se engajem imediatamente na iniciativa da CNBB, "contribuindo com todos os instrumentos legais para facilitar o sucesso da mesma".

- Ao descrever o trágico panorama carcerário, o documento da CNBB produz o mais fiel retrato do desrespeito em que é tida a Lei de Execução Penal, que resulta em inconcebíveis atentados aos direitos humanos, transformando as cadeias em fábricas de celerados e de agentes disseminadores de moléstias epidêmicas como a Aids - lembrou ele.

Para Romeu Tuma, a CNBB adotou uma postura coerente, "expondo um tema controverso que, especialmente nós, senadores, devemos analisar e apoiar". Conforme salientou, estatísticas apontam para dois presos por vaga "quando, na realidade, nos grandes centros, a proporção é de 10 a 15 pessoas para cada vaga".

Segundo Tuma, dados da Conferência mostram que a "agonia dos presos" acaba especializando-os ainda mais na prática do crime. Para ele, "principalmente agora, o Senado deve empenhar-se em elaborar projetos que deem mais dignidade a essas pessoas."

# Flaviano propõe criação de fundo para reforma agrária

*Entre outros objetivos, os recursos do FNDA seriam destinados em forma de crédito para a aquisição de propriedade familiar rural*

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) apresentou ontem projeto de lei que cria um Fundo Nacional de Desenvolvimento Agrário (FNDA), destinado a executar programas de assistência a agricultores, lavradores e trabalhadores rurais não proprietários, com vistas à implantação da propriedade familiar. Na opinião do senador, esse mecanismo "será um poderoso instrumento para a execução de programas de reforma agrária bem concebidos".

Conforme a proposição, esse fundo será administrado por um conselho consultivo superior integrado por representantes de ministérios relacionados ao desenvolvimento econômico e social, e de entidades ci-



Flaviano Melo

vis ligadas à agricultura, além do presidente do Incra. O FNDA poderá receber, entre outros recursos, dotações orçamentárias e subvenções; o produto da alienação ou do aproveitamento de imóveis rurais integrantes do patrimônio da União; financiamentos de agências de crédito, oficiais ou privadas, inclusive internacionais; e doações e legados na-

cionais e internacionais.

Os recursos do FNDA seriam destinados ao oferecimento de crédito para aquisição da propriedade familiar rural; ao custeio de programas relacionados com a política agrícola e com a reforma agrária; ao financiamento para aquisição de insumos, sementes, máquinas e implementos agrícolas; e ao financiamento de programas concernentes às técnicas de manejo agrícola.

Flaviano entende que o projeto poderá cooperar na solução de problemas não resolvidos até hoje pelo Estatuto da Terra, como o êxodo rural desordenado, a concentração fundiária, o desemprego, os conflitos pela posse da terra e as tensões sociais resultantes desses fatos.

## Lobão aplaude Caixa por facilitar financiamentos à casa própria

O senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou ontem a decisão da Caixa Econômica Federal de ampliar as condições em que o titular de uma conta do FGTS pode lançar mão do seu crédito para compra, construção ou reforma da casa própria. Outra medida aplaudida pelo senador foi o anúncio de que a CEF está em condições de aumentar os recursos disponíveis para mutuários e empresas de construção civil.

- Tais fatos são alvissareiros, pois a imprensa noticia que há muitos imóveis nos grandes centros à espera de compradores, em estoques que provocaram até mesmo a redução nos preços. Evidentemente, não são uma solução final para o problema habitacional, mas refle-

tem a preocupação do governo e da sociedade na busca dos melhores caminhos - disse o senador.

Informando que o déficit habitacional era, há dois anos, de 10 milhões de moradias, Lobão lembrou proposta que apresentara à Assembléia Nacional Constituinte visando ao financiamento de construções de residências no campo através da CEF e outras instituições estatais de crédito, mas, assinalou, a proposta não foi aceita. Segundo ele, a iniciativa faria justiça aos que trabalham e vivem no campo, diminuiria a imigração, incentivaria a economia local e melhoraria a infra-estrutura rural.

- Creio que foi lastimável não ter prosperado tal idéia, pois me parecem evidentes os seus benefícios sociais. Perma-



Edison Lobão

neço convencido de que a criação de estímulos, como a construção de casas próprias, para manter o homem do campo no seu lugar de origem, continua sendo uma iniciativa não tentada pelos que, em face das crescentes dificuldades das cidades, nada podem fazer senão assistir impassíveis ao aprofundamento dos problemas aparentemente insolúveis - afirmou o senador.

# Suassuna aponta guerra ao produtor rural

*Tarifas irracionais, juros altos, importações subsidiadas, defasagem cambial e superestoques governamentais tiram recursos do campo e eliminam empregos, segundo senador*

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) advertiu que a combinação de tarifas irracionais, juros elevados, importações subsidiadas, defasagem cambial



Ney Suassuna

e superestoques governamentais transformou o sistema de produção agrícola brasileiro numa verdadeira guerra não declarada contra o produtor. A "âncora verde" do Plano Real,

que já transferiu cerca de R\$ 9 bilhões para outros setores da economia, está exportando empregos agrícolas, pois elimina postos de trabalho no campo brasileiro, acrescentou.

Outro efeito da ampla abertura comercial, segundo destacou, é que "os países exportadores de produtos agrícolas estão usando o Brasil como

base de armazenagem de seus produtos, transferindo para o contribuinte brasileiro o ônus da manutenção dos estoques".

Na opinião de Suassuna, o caso dos plantadores de milho é "paradigmático" da irracionalidade que caracteriza a política agrícola brasileira. No momento em que o país colhia sua maior safra de milho, em abril de 1995, o governo decretou alíquota zero para a importação do produto, disse.

Conforme estimativa da re-

vista *Conjuntura Econômica*, citada por Suassuna, as importações favorecidas pela abertura comercial deslocaram cerca de 300 mil empregos nos cultivos de trigo e de algodão.

Esse conjunto de adversidades já aponta para uma queda na safra em 1997, advertiu o senador. Ele salientou que setores industriais oligopolizados recebem tratamento privilegiado. As tarifas de importação de automóveis e eletrodomésticos são de 70%, exemplificou.

## Odacir cobra mudanças na MP que restringe desmatamento

O senador Odacir Soares (PFL-RO) afirmou que a Medida Provisória 1.511, que limitou a área de desmatamento na Amazônia, não levou em consideração as peculiaridades de cada estado da região e as providências adotadas pelos governos locais para o controle ambiental.

Por essa razão, ele dirigiu apelo ao presidente da República, ao ministro do Meio Ambiente e ao secretário de Assuntos Estratégicos para que a MP, quando da sua reedição, seja modificada. Segundo explicou, o estado de Rondônia, por exemplo, "não só está perfeitamente habilitado a adotar todas as medidas

necessárias à proteção do meio ambiente, como está aperfeiçoando os instrumentos de que dispõe para fazê-lo".

Odacir Soares quer, "em cumprimento ao que determina o artigo 225 da Constituição", que nos estados da região Norte e na parte da região Centro-Oeste, onde houver política de zoneamento econômico-ecológico, a utilização de áreas florestais seja feita de acordo com a legislação própria. A seu ver, somente os estados que ainda não desenvolveram essa política deverão ficar sujeitos às normas do Código Florestal e às previstas na MP 1.511.

Assim, o senador entende que o corte raso da cobertura florestal deve ser permitido em toda propriedade que tiver até 50 hectares, desde que localizada em área definida para a agricultura, conforme a legislação específica do zoneamento econômico-ecológico estadual, ressalvadas as áreas de preservação permanente.

Nas propriedades com tamanho entre 50 e 200 hectares, o senador pretende que seja autorizado o corte raso em até

75% da área total e em até 50% nas de tamanho superior a 200 hectares.



Odacir Soares

Odacir explicou que Rondônia vem desenvolvendo ações para o aproveitamento de suas potencialidades econômicas dentro dos critérios ecológicos.

Conforme disse, a 2ª Aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do estado já concluiu 30% dos seus objetivos e estará finalizando seus trabalhos em abril de 1998.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES E GERALDO MELO

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo

**2º Vice-Presidente:** Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima

**2º Secretário:** Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo

**4º Secretário:** Lucídio Portella

**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúdio Coelho -

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

**Senado na Internet -** <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vócos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília.

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social -** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor da Subsecretaria de Divulgação -** Helival Rios

**Coordenador de Jornalismo -** Flávio de Mattos

**Chefe do Serviço de Imprensa -** José do Carmo Andrade

**Editores -** Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

**Diagramação -** Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

**Fotos -** Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento

**Revisão -** Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.